

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E
SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA
ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”- SÃO PAULO

Vanessa De Faria Berto

Pós-doutoranda (PNPD/CAPES) do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás-UFG. Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista/UNESP, Campus de Marília.

RESUMO: A proposta deste trabalho, defendido e aprovado em Dissertação de Mestrado, é o conhecimento dos papéis históricos das trabalhadoras de oficinas comunitárias que compunham o quadro de membros do *Centro Comunitário Nova Marília* (SP). Através de intensa pesquisa etnográfica, pôde-se perceber que tais mulheres eram as principais provedoras de suas famílias, vivendo precariamente do trabalho informal e temporário, em atividades malvistas, equilibrando-se na linha tênue entre miséria e parca sobrevivência, tentando oferecer alguma perspectiva de futuro a seus filhos, engajando-se em movimentos locais de reivindicação de melhorias para sua comunidade (movimentos cuja organização se estabeleceu e se manteve, em grande parte, por conta do esforço delas). Vale ressaltar que o destaque dado ao Centro Comunitário do bairro justifica-se por ser o principal meio de se fazer reivindicações políticas, já que o lugar era frequentemente visitado por candidatos e políticos locais, que ali se apresentavam durante

campanhas ou vinham prestar contas de seus mandatos. Por fim, era o Centro Comunitário seu ponto de encontro por excelência; é ali que elas trabalhavam, faziam suas festas, rezavam seus cultos, promoviam campanhas de benfeitoria pública e, por vezes, durante esse processo chamado vida, conquistavam alguns direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismos. Oficinas de trabalho. Violência simbólica.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho foi uma tentativa de contribuir para o conhecimento dos papéis históricos das mulheres que compunham o quadro de membros do *Centro Comunitário Nova Marília* – o maior bairro do município de Marília - SP, localizado em sua região sul. É importante estabelecer que, quando nos referimos aos papéis sociais das mulheres, não falamos daqueles que são normativos e prescritos, mas, como nos coloca DIAS (1995), aludimos “às mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e conflitos que compõem a organização das relações de produção, do sistema de dominação e de estruturação do poder”. Elas eram moradoras deste bairro periférico – portanto, pobre –, em sua grande maioria chefes e provedoras de suas famílias, que viviam precariamente do trabalho

informal e temporário, em atividades malvistas (inclusive por elas mesmas), que se equilibravam sobre a linha tênue que separa a miséria de uma parca sobrevivência, que tentavam oferecer alguma perspectiva de um futuro melhor a seus filhos, que se engajavam em movimentos locais de reivindicação de melhorias para sua comunidade (movimentos cuja organização se estabeleceu e se manteve, em grande parte, por conta do esforço delas), que tiveram de enfrentar e encontrar um jeito de conviver com preconceitos – os próprios e os alheios – todos os dias.

Vale ressaltar que o destaque dado ao Centro Comunitário do bairro justifica-se por ser a principal entidade de acesso à estrutura de poder que tais mulheres oficialmente tinham. Era através desse centro que conseguiam manter as oficinas de trabalho que, quando não representavam todo o sustento de suas casas, tinham significativa participação financeira para o mesmo fim. Também era a instituição o principal meio de se fazer reivindicações políticas, já que o lugar era frequentemente visitado por candidatos e políticos locais, que ali se apresentavam durante campanhas ou vinham prestar contas de seus mandatos. Por fim, era o Centro Comunitário seu ponto de encontro por excelência; é ali que elas trabalhavam, faziam suas festas, rezavam seus cultos, promoviam campanhas de benfeitoria pública e, por vezes, durante esse processo chamado *vida*, conquistavam alguns direitos.

Conquistas e retrocessos, aliás, uma vez que a história dessa luta, sendo concreta e não fictícia, apresenta também as formas como as próprias mulheres incorporam regras e modelos, tidos como *naturais* e perpetuados através de questões culturais e educacionais repassadas por gerações, que as mantém presas a espaços e papéis sacralizados.

A partir da observação e da análise da rotina cotidiana dessas mulheres, na improvisação de papéis informais, na potencialidade latente de conflitos e confrontos e, conseqüentemente, na multiplicação das formas de resistência e luta, foi possível perceber a ascensão de um fenômeno positivo: um movimento *feminino*, se assim o podemos chamar, que mostra que, de receptoras de benefícios, as mulheres têm se colocado na posição de conquistar e promover justiça social. Um movimento cuja preocupação não se restringe à luta pelo reconhecimento formal dos direitos das mulheres – embora isso não seja menos importante – mas que, através de ações efetivas, buscam articular responsabilidades e privilégios coletivos.

Nesse sentido, fez-se necessário aprofundar-nos nos discursos que traduzem as relações e representações dominantes das diferenças entre os sexos – representações estas, como afirmamos anteriormente, incorporadas pelas mulheres, via de regra – bem como entender as formas como tais sujeitos femininos transitam e reagem dentro desta esfera específica. Auxiliando-nos neste desafio, trabalhamos com o conceito de *violência simbólica*, desenvolvido por Pierre Bourdieu, junto do qual é possível apurar o *olhar* em relação às práticas cotidianas de resistência de tais sujeitos, mediante o modelo normatizador ao qual se submetem e são submetidos.

DESENVOLVENDO ALGUNS CONCEITOS

Para compreender a relevância de alguns conceitos de Bourdieu nesta pesquisa, faz-se necessário, antes, esclarecer qual é a nossa compreensão acerca das ideias do renomado sociólogo francês aqui utilizadas, a fim de que se entenda, então, porque nos apoiamos nelas como contribuição à explicação de algumas de nossas hipóteses.

Pierre Bourdieu (1930-2002) é, sem dúvida, um dos autores mais lidos em todo mundo, seja no campo da Antropologia, seja no da Sociologia, e sua contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política. Sua discussão sociológica centralizou-se, ao longo de sua obra, na tarefa de desvendar os mecanismos da reprodução social que legitimam as diversas formas de dominação (CORADINI, 1996). Para empreender esta tarefa, Bourdieu, retirando os fatores econômicos do epicentro das análises da sociedade, desenvolveu conceitos específicos, entre outros, o de *habitus*, à luz do qual, segundo o autor, o mundo social deveria ser fundamentalmente compreendido. Bourdieu localiza no conceito de *habitus* o *primado da razão prática* (2002), uma ideia que se relaciona à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. Em *A dominação masculina*, a construção do *habitus* é explicada pelo autor como

o produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas 'linhas de demarcação mística', conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada [BOURDIEU, 2002, p. 64].

Assim, o conceito de *habitus* corresponde, dentro da obra de Bourdieu, a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo, que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas. Esta postura consiste em admitir que existe no mundo social estruturas objetivas, socialmente construídas que podem dirigir, ou melhor, coagir a ação e a representação dos indivíduos.

O mundo social apresenta-se, objetivamente, como um sistema simbólico que é organizado segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial. O espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida. Assim, a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação: do lado objetivo, ela é socialmente estruturada porque as propriedades atribuídas aos agentes e instituições apresentam-se em combinações com probabilidades muito desiguais [...]. Do lado subjetivo, ela é estruturada porque os esquemas de percepção e apreciação, em especial os que estão inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações de poder simbólico [...]. Esses dois mecanismos concorrem para produzir um mundo comum, ou, pelo menos, um consenso mínimo sobre o mundo social [BOURDIEU, 1990, p. 160-161].

Dessa forma, no sentido de mostrar que as relações de força entre os agentes sociais apresentam-se sempre de modo transfigurado em relações de sentido, bem como na tentativa de desvendar os mecanismos que fazem com os indivíduos vejam como natural as representações ou ideias dominantes, Bourdieu nos apresentou a outro valoroso conceito, complementar à sua noção de habitus, também desenvolvido ao longo de toda sua obra, qual seja, a violência simbólica. A violência simbólica se traduziria nas formas invisíveis de coação que se apóiam, muitas vezes, em crenças e preconceitos coletivos. Sua idéia funda-se, geralmente, na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Para Bourdieu, entretanto, a violência simbólica não era fruto da instrumentalização pura e simples de uma classe sobre a outra, mas ela é exercida através dos jogos engendrados pelos atores sociais. Assim, através desse conceito, o autor advogava acerca da não-arbitrariedade da produção simbólica na vida social, advertindo para o caráter efetivamente legitimador das forças dominantes, que expressam por meio delas seus gostos de classe e estilos de vida, gerando o que ele pretende ser uma distinção social. Seu poder adviria, justamente, de conseguir impor significações e impô-las como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. Nesse sentido, o habitus funcionaria como uma força conservadora no interior dessa mesma ordem social.

Com efeito, a partir de um conceito de chave-mestra, que é o da dominação que recobre formas variadas de relações de poder, Bourdieu focalizou a forma a mais insidiosa exercida pela violência simbólica. O termo apareceria como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas lingüísticas e outras.

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe, no papel, tem a existência teórica que é a das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa (...), ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas – e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo (...); poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes [BOURDIEU, 1989, p. 136].

Pierre Bourdieu elaborava, assim, um sistema teórico que não cessaria de desenvolver: as condições de participação social baseiam-se na herança social. O acúmulo de bens simbólicos e outros estão inscritos nas estruturas do pensamento (mas também no corpo) e são constitutivos do habitus através do qual os indivíduos

elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta não pode se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais pela ‘violência simbólica’ exercida sobre os indivíduos e, o que é particularmente importante para nossa pesquisa, com a *adesão deles*.

As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo, em forma transfigurada, o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e a qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (...), quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social [BOURDIEU, 1989, p. 11-12].

É impossível negar a originalidade da obra de Bourdieu, explícita justamente em sua ambição em construir uma teoria sociológica das categorias que organizam a percepção do mundo social. Contrariamente a ideia tradicional da sociologia, de que as práticas culturais são objeto de consenso, na medida em que elas significam o reconhecimento de valores comuns definindo uma civilização e levam à integração nesta civilização e à sociedade que a conduz, a análise da distinção de Bourdieu mostrou-nos, ao contrário, que elas são um meio de classificar, que elas implicam uma batalha perpétua para tomar iniciativa, para se afirmar, para se colocar socialmente. Os julgamentos de gostos, de preferências não são o reflexo da estrutura social, mas um meio de afirmar ou de conformar uma vinculação social.

Ao utilizar o referencial teórico de Pierre Bourdieu, como cotejamento teórico-metodológico adequado a amparar a apreciação empírica, é preciso ressaltar que, como auxiliares imprescindíveis à pesquisa histórica, os conceitos teóricos não são simples peças a encaixarem-se na investigação. Porém, procuramos aqui, a partir de tais bases teóricas, esclarecer algumas questões evidenciadas por nossa pesquisa de campo.

Na investigação que fizemos acerca do cotidiano das oficinas de trabalho comunitário do bairro Nova Marília, focalizamos aspectos da subjetividade das mulheres que compõem tais fabriquetas, desde sua luta para construir os locais de produção, além de um lugar de representação maior, no caso, o Centro Comunitário do bairro, bem como nos esforçamos para conhecê-las em todas as dimensões que fossem possíveis a esse tipo de observação científica. Tentamos, nesse processo, captar suas representações, seus comportamentos, as práticas que incorporaram e que justificam suas condutas e, principalmente, suas resistências, buscando apreender todos os aspectos que fazem dessas mulheres... *mulheres*. Nesse sentido, ancoramos nossa abordagem na compreensão do referencial de Bourdieu que contribuiu para elucidar, nas relações de gênero, os mecanismos da dominação masculina que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação.

A observação do cotidiano dessas trabalhadoras revelou um processo de internalização de princípios androcêntricos, exemplificados em sua negação em fazer parte do corpo diretivo do Centro Comunitário, uma vez que tais funções – além de terem de ser exercidas à noite, um horário de homens – as exporiam em demasia diante de outros.

Na pesquisa empírica foi possível constatar que aspectos objetivos – da materialidade dos espaços e das relações de trabalho e confraternização – e subjetivos interagem incessantemente na construção das ordens material e simbólica de dominação. Foi possível observar nas representações das mulheres, explicitadas em longas conversas informais gravadas, os mecanismos por meio dos quais as estruturas sociais subjetivam-se em *habitus*, ou seja, em disposições adquiridas, gostos, estilos, princípios de distinção e classificação, abrindo caminho para a instalação, nas trabalhadoras, da *impotência aprendida*:

Segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres – mesmo sem estes lhes serem recusados... aquela experiência favorece o aparecimento de uma 'impotência aprendida' [BOURDIEU, 2002, p. 77].

Essa internalização de valores que normatiza a vida social sob um aspecto diferenciador de homens e mulheres, conduz, ainda, à introjeção do paradigma de relações hierarquizadas, desiguais e de opressão, objetivamente construídas, como vimos. Quando se colocam enquanto sujeitos inadequados para o exercício de uma determinada função, quando estabelecem locais e horários para a atuação feminina, além de privarem-se do direito de exercer o poder diretamente, tais mulheres submetem-se a um sistema social que as coloca à mercê de decisões alheias, ou seja, em uma posição inferiorizada dentro deste mesmo sistema.

Sua ausência dos cargos de chefia do bairro, ainda que sua atuação concreta seja maciça e fundamental para o bom funcionamento do Centro, embora pareça ser fruto de uma escolha pessoal, refere-se ao temor – socialmente construído – das próprias mulheres em lidar com o sucesso, fator que corrobora, ainda que de forma não determinante, para a persistência nos espaços sociais em que transitam de uma hierarquia político-administrativa, com a supremacia do masculino. Endossam-se, assim, as reflexões de Bourdieu acerca da dificuldade feminina em lidar com o poder ou com cargos de chefia. Para assumir postos mais elevados, não se cogita experimentar uma nova forma de gestão, mais feminina, talvez. O único caminho que se vislumbra é a reedição de um jeito masculino de dominar e exercer o poder.

Na observação do cotidiano das oficinas comunitárias de Nova Marília, foi possível encontrar, assim, muitos exemplos que delineiam o conceito de violência simbólica de Bourdieu, uma das formas pela qual se manifesta a dominação simbólica – um sistema de relações que, a despeito de apresentar-se como natural, é fenômeno histórico,

social e culturalmente produzido por homens e por instituições sociais. As relações verticalizadas são criadas na objetividade de ações institucionais que estabelecem formas de divisão de espaços e papéis. Tais construções objetivas subjetivam-se, como foi possível apreender nesta pesquisa, sob forma de esquemas cognitivos, de sistemas de percepções. O princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas.

Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum e

as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica [BORDIEU, 2002, p. 45].

É justamente neste aspecto que as análises de Bourdieu em muito contribuem ao entendimento das relações de gênero, ao elucidar os mecanismos da dominação que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação. Suas considerações possibilitaram esclarecer, em uma investigação empírica, todo um sistema de estruturas inscritas nas coisas e nos corpos, que se legitima pela subjetivação e é caminho para que se desenvolva a violência simbólica, processo social resultante de estruturas de poder objetivas, que emaranha a alma das mulheres, mutilando sua ousadia, produzindo nelas o ajustamento de suas expectativas às posições que lhes parecem possíveis, de suas próprias aspirações às possibilidades que visualizam. Não à toa, quando conversávamos sobre sonhos e futuro, as mulheres das oficinas sempre projetavam suas esperanças de realização sobre outros, principalmente sobre os filhos, não fazendo referências à própria existência.

Obviamente, Bourdieu não atribui à categoria habitus um caráter de estrutura fixa e imutável, propulsora de práticas sociais homogêneas e predefinidas. Os habitus revelam a força instituinte das estruturas, mas não se estabelecem de forma mecânica; passam, antes, pelo filtro dos seres humanos e estes não são meros reflexos passivos das estruturas sociais. Daí que sua análise abre-se também à possibilidade não só de reproduções, mas também de contraposições. As práticas de resistência apresentadas pelas trabalhadoras das oficinas comunitárias, mais do que exemplificadas em suas posições políticas (recusam chapas para a diretoria do Centro caso estas não apresentem as características necessárias a responder seus próprios interesses), podem ilustrar essa colocação.

Há um processo contínuo e complexo de produção de mecanismos para a manutenção de um sistema de desigualdades entre os sexos que, vale frisar, é marcado por permanências e mudanças. Entretanto, Bourdieu nos coloca que tais mudanças, tanto podem ocorrer como contraposição ao poder instituído, na forma de projetos que de fato ameaçam seus os detentores, quanto como estratégia destes, para garantir sua continuidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um movimento feminista, de forma geral, pode ser definido como uma organização que se pauta pela defesa da igualdade de direitos e status entre homens e mulheres em todos os campos do social (ALVES, 1991). Obviamente, trata-se de uma definição que não corresponde à riqueza intelectual e prática que esse tipo de movimento pode e deve suscitar. Sim, porque feminismo é apenas um termo que traduz todo um processo desenvolvido ao longo da História e que, obrigatoriamente, continua a ser trabalhado de forma diária, em todos os espaços da vida social. Por não se tratar de um movimento uno, único, seus diversos matizes representam a ampla variedade de mulheres do mundo todo, percebendo-as em suas infinitas singularidades e respeitando-se suas crenças, desejos, objetivos e valores distintos. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. Para entendê-lo, é preciso confrontar a situação da mulher na sociedade antiga, medieval e moderna, buscar suas raízes enquanto movimento político e desvendar a ideologia que ainda hoje outorga direitos, deveres e comportamentos distintos para homens e mulheres (PINTO, 2003).

No Brasil, a trajetória do movimento fluiu de acordo com a história singular do país, de modo que apresentou momentos distintos, entre reivindicações por direito ao voto e a um custo de vida mais justo, passando pelas exigências de ser reconhecida como vítima de violência e de atendimento especializado a saúde, até as atuais discussões de gênero, que requerem a desconstrução das identidades naturalizadas e fixas, através dos quais homens e mulheres são culturalmente construídos em seus contextos e significados.

E a história das mulheres, participantes de oficinas de trabalho comunitário e membro-fundadoras do Centro Comunitário Nova Marília, trata-se essa história de um movimento feminista? Vejamos: os objetivos calcados por essas mulheres, quando empreenderam sua luta pela construção do Centro, visavam à melhoria nas condições da vida do bairro de então: asfalto, saneamento básico, fornecimento regular de água e luz, telefonia pública, linhas de ônibus, etc. Tais melhorias destinavam-se não apenas às mulheres do bairro, mas a todos os seus moradores, sem distinção. Isso não desqualifica sua luta quanto a ser um movimento feminista ou não, uma vez que lutar pela conquista de direitos, não somente os femininos, como os de todos os que se encaixem na posição de oprimidos, tem sido característica de movimentos feministas atuais, subsidiados por uma abordagem de Gênero. Na verdade, o que nos impossibilita de caracterizar tal movimento como feminista não são seus objetivos, mas seus princípios norteadores.

Antes de tudo, qualquer ramificação do feminismo defende a ideia de que homens e mulheres são seres de direitos iguais, princípio que deve ser aplicado em todas as dimensões da vida social e particular. Não é o que verificamos quando analisamos a luta das mulheres supracitadas. E isso fica bem claro quando nos detemos na observação da forma como conduzem, por exemplo, as eleições para os cargos administrativos de

seu Centro Comunitário, posições de prestígio dentro bairro. Mesmo quando detêm a oportunidade de participar dessa esfera pública e política – são elas que, utilizando-se de toda uma história de mobilização e influência sobre sua comunidade, acabam por determinar ‘quem fará o quê’ dentro da entidade – essas mulheres negam a si próprias tal possibilidade.

Incorporando regras e práticas culturais, ensinadas por gerações e tão antigas que se tornam *verdades absolutas*, as mulheres das oficinas de trabalho comunitário do bairro Nova Marília terminam por reproduzir, em seu cotidiano, um modelo normatizador social que estabelece espaços de atuação para homens e mulheres, portanto, *diferenciando-os*.

Essas mulheres não lutam pela mudança da organização social de ordem androcêntrica, porque acreditam que *as coisas são como deveriam ser*, ou seja, que homens e mulheres atuam de forma socialmente diferente, cada qual dentro do campo que lhe cabe *por direito*; no caso das mulheres, no âmbito doméstico; em relação aos homens, a esfera pública.

Contudo, como nos coloca Chartier (1995, p. 41):

Uma tal incorporação da dominação não exclui, entretanto, afastamentos e manipulações (...). Para as mulheres, se conformar aos cânones corporais (móveis e variados, inclusive) ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação (...), deve ser entendido como uma tática que mobiliza, para seus próprios fins, uma representação imposta – aceita, mas que se volta contra a ordem que a produziu.

Por mais que se neguem a fazer parte dos cargos eletivos do Centro Comunitário e, assim, atuar diretamente na esfera pública e política do local, essas mulheres permitem-se transitar nas brechas desse sistema e, dessa posição, buscam o controle da situação – ou seja, através de sua influência dentro do bairro, elas se organizam de modo a não consentir que uma diretoria de opiniões e posições, no que concerne ao desenvolvimento do local, opostas às suas, seja eleita. Emerge daqui, então, um movimento de mulheres (e não um movimento feminista), cuja atuação, embora esteja vinculada a preconceitos enraizados que resultam na restrição de suas ações, destina-se a atender seus próprios interesses.

Assim, a observação das dinâmicas da atuação dessas mulheres junto à organização do Centro Comunitário nos permitiu descobrir outros processos sociais que não os formalmente conhecidos, que trouxe à tona, não um movimento feminista, mas um movimento de mulheres que, embora ocorra em um micro espaço, tem relação com uma estrutura maior. Em outras palavras, o movimento organizado por essas mulheres tem correspondência com o processo histórico e universal de resistência das mulheres – todas elas – através do qual estas subvertem diversos obstáculos e traspassam as barreiras do que lhes é naturalmente permitido pelas representações culturais, rompendo com o que é tradicional e/ ou oficial.

Não negamos, portanto, as resistências apresentadas por esse grupo de mulheres. Atentamos, ainda, para as formas como exercem o poder, formas que podem ser diretas (são elas que, pessoalmente, através de visitas e conversas nas salas de espera de postos de saúde, na rotina de trabalho, à beira das calçadas, mobilizam a população local a eleger os nomes de sua escolha, valendo-se da confiança conquistada pelo tempo que residem no local e pela influência difundida por conta de sua história pessoal de lutas por melhorias no bairro) ou indiretamente (quando, por exemplo, propõem a fazer a faxina do Centro Comunitário, mesmo após a realização dos bailes que tanto reprovam, e exigindo que a entidade abrigue suas práticas religiosas, modos simbólicos de ‘limpar’ a presença do outro, que lhe é estranho).

Destarte, a revisão teórica proposta por diversos autores na análise da participação política feminina, além da crítica ao viés androcêntrico, levanta como um ponto fundamental a ampliação do conceito de política, para que abarque não apenas a política institucional, mas também agregue atividades convencionais e não convencionais (ABRAMOVAY; CASTRO, M., 1998). Esta visão ampliada inclui ainda uma redefinição dos espaços de atuação das mulheres, mostrando as interpelações entre o público e o privado.

Não se trata apenas da reivindicação feminista de politizar o privado, mas de considerar a mulher como um sujeito político, presente na esfera pública, através de espaços de visibilidade que podem ser os movimentos sociais, as campanhas e/ou os protestos políticos, os movimentos revolucionários e até os próprios departamentos femininos nos partidos políticos (AVELAR, 1987). A política adquire então outras dimensões, mais amplas, abrangendo novas práticas significativas em outros níveis além do tradicional.

A exposição da história das primeiras moradoras do bairro Nova Marília, da forma como inspiraram, incentivaram e mobilizaram sua comunidade pela construção de um lugar, uma entidade – o Centro Comunitário – onde pudessem se reunir para discutir idéias e soluções, onde pudessem ouvir e serem ouvidos, onde pudessem simplesmente estar juntos, é também uma tentativa de identificar, nessa pesquisa, uma forma distinta de fazer política, na qual se sobressai a importância da participação das mulheres e a forma pela qual estas constituíram espaços de ação próprios, diverso daqueles historicamente considerados nos conceitos das esferas pública ou privada.

A ideia de um cotidiano feminino vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo em nossa investigação. Sim, a vida de muitas mulheres se constrói no espaço doméstico, mas este fato não pode ser entendido como sinônimo de isolamento e/ou conservadorismo. Contudo, ao lado das transformações individuais, pessoais, no nível do privado, se chega gradativamente a transformações no nível público.

Para além de comprovarmos ou não a nossa hipótese, qual seja, a de que o movimento feminino apresentado aqui seja ou não um modelo de feminismo, nossa pesquisa procurou dar apoio, através de exemplo empírico, à teoria que evidencia

que as mulheres, mesmo partindo da esfera doméstica, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados.

A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia (orgs.). *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Rio de Janeiro: UNESCO/ CEPIA, 1998.

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos, 20).

AVELAR, Lúcia. A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas. *XI Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de São Pedro, 1987 (mimeo).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos PAGU – Fazendo História das Mulheres*. (4). Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995, p. 37-47.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. *Revista Veritas*. Porto Alegre, v. 41, n. 162, PUCRS, junho/ 1996. p. 207-220.

DIAS, Maria Odila L. dos Santos. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2/94, CIEC/ UFRJ, 1994, p. 373-382.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, 119 p. (Coleção História do povo Brasileiro).

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

